

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
Faculdade de Economia, Administração, Atuariais e contabilidade

EXPERIÊNCIA DE REFORMA AGRÁRIA NO ESTADO DO CEARÁ

Selma Maria Peixoto Alcântara

Fortaleza-Ce
Outubro/2002

EXPERIÊNCIAS DE REFORMA AGRÁRIA NO ESTADO DO CEARÁ

Selma Maria Peixoto Alcântara

José de Jesus Sousa Lemos

(Orientador)

Monografia apresentada á
Faculdade de Economia,
Administração, Atuariais e
Contabilidade para a obtenção do
Grau de Bacharel em Economia.

Fortaleza-Ce

Junho de 2001

Esta monografia foi submetida à coordenação do curso de graduação em economia, como parte dos requisitos necessários à obtenção do Grau de Bacharel em Economia, outorgada pela Universidade Federal do Ceará e encontra-se à disposição dos interessados na Biblioteca da referida Universidade.

A citação de qualquer trecho desta monografia é permitida desde que seja feita de conformidade com as normas da ética científica.

Selma Maria Peixoto Alcântara

MONOGRAFIA APROVADA EM: ___/___/2002

Prof. José de Jesus Sousa Lemos
Orientador

Prof. Aécio Alves de Oliveira
Banca Examinadora

Prof. Antônio Luiz Abreu Dantas
Banca Examinadora

AGRADECIMENTOS

À Deus, Fonte de força e inspiração.

A minha família e amigas pela compreensão e pelo apoio

Aos amigos Karina Cavaleiro e Ralisson Ribeiro, pela grande ajuda, sem a qual esse trabalho teria se estendido por muito mais tempo, principalmente na formatação das tabelas.

Ao professor José de Jesus Sousa Lemos pelo seu compromisso enquanto orientador.

Aos professores Aécio Alves de Oliveira e Antônio Luiz Abreu Dantas pela co-orientação durante o período de elaboração desta monografia.

Ao professor Agamenom Tavares de Almeida E Tânia pela atenção nunca negada e disponibilidade.

Aos funcionários da COMTACTE, especialmente Silvana, que foram fundamentais no acesso a dois dos assentamentos visitados.

As famílias Hofman e Tryhorn (thanks a lot) pelo apoio.

RESUMO

As mudanças por que tem passado a agricultura no país não conseguiram favorecer aos interesses de uma parcela significativa dos trabalhadores rurais. Ao contrário, o que se percebe é um grau de modernização tecnológica cada vez mais intenso ao mesmo tempo que favorece uma exclusão econômica e social. Esse fato contribui para o aumento do êxodo rural assim como para o desemprego no campo.

Na tentativa de mudar esse quadro os trabalhadores se organizam e mantêm uma resistência. O MST hoje se apresenta como um movimento organizado que visa pressionar o governo no sentido de promover políticas agrícola para fixar o homem ao campo. Para isso é necessário uma melhor distribuição de terras que permita o desenvolvimento de culturas alimentares de ciclo curto e de atividades que possam viabilizar uma renda monetária para as famílias.

Como se sabe, uma elevada concentração de terras traz como consequência uma alta disponibilidade de mão-de-obra. O trabalhador rural se sente forçado a alienar a sua força de trabalho por conta de sua capacidade de pagar, através de arrendamentos, para utilizar a terra de outro.

Ao mesmo tempo que uma grande parcela da população rural depende da terra para viver, esta pertence a uma minoria. Essa situação ainda propicia a miséria e favorece o atraso econômico e cultural do país.

Partindo dessa realidade, o presente trabalho busca iniciar uma discussão acerca da importância da Reforma Agrária, que se situa para além da simples distribuição de terras e contempla a erradicação da pobreza rural.

ÍNDICE

<u>RESUMO</u>	10
<u>INTRODUÇÃO</u>	12
<u>OBJETIVOS</u>	14
<u>CAPÍTULO I</u>	15
<u>1- PRECEDENTES HISTÓRICOS</u>	15
<u>A QUESTÃO AGRÁRIA</u>	18
<u>DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL</u>	24
<u>AUTOGESTÃO, COOPERAÇÃO E O SETOR RURAL</u>	26
<u>CAPÍTULO II</u>	29
<u>FONTES DE DADOS E METODOLOGIA</u>	29
<u>IDENTIFICAÇÃO OS ASSENTAMENTOS</u>	30
<u>COMUNIDADES E TIPO DE USO DA TERRA</u>	34
<u>CARACTERÍSTICAS DOS DOMICÍLIOS</u>	35
<u>INDICADORES DE SANEAMENTO BÁSICO</u>	37
<u>NÍVEL DE ESCOLARIDADE</u>	38
<u>Nº DE CRIANÇAS NA ESCOLA</u>	39
<u>CARACTERÍSTICAS DA PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA DAS FAMÍLIAS</u>	40
<u>ÁREA PLANTADA COM AS DIVERSAS CULTURAS</u>	42
<u>TABELA 9: CARACTERÍSTICAS DA PRODUÇÃO</u>	43
<u>EQUIPAMENTOS</u>	46
<u>PRODUÇÃO DAS FAMÍLIAS NO ANO DE 2001</u>	47
<u>QUANTIDADE CONSUMIDA PELAS FAMÍLIAS</u>	50
<u>RENDA MONETÁRIA E FONTES DE RENDA DAS FAMÍLIAS</u>	55
<u>TIPOS DE LAZER DAS FAMÍLIAS</u>	56
<u>CONCLUSÃO</u>	58
<u>BIBLIOGRAFIA</u>	59

INTRODUÇÃO

A concentração das terras cultiváveis nas mãos de poucos tem se apresentado como impecilho para o desenvolvimento do setor agrário no Brasil. O que se verificou nos últimos anos foi um desenvolvimento agrícola, viabilizado pela inserção tecnológica no campo, e uma estrutura agrária que permaneceu concentrada. Esse novo modelo foi favorecido pelo avanço da industrialização e pela política de crédito incentivada pelo governo com o fim de financiar a modernização da agricultura e a liberação de mão-de-obra para agricultura capitalista ao mesmo tempo em que proporcionou uma marginalização dos trabalhadores rurais no processo de produção.

Historicamente a ocupação das terras do país sempre teve um caráter mercantil. Já no período da colonização o país recém descoberto servia para atender o mercado europeu com produtos tropicais.

O desenvolvimento da agricultura tem se dado de uma forma que possa atender aos interesses do capital, visando ampliar o lucro e elevar a produtividade do trabalho seguindo a mesma dinâmica do setor industrial. Inserem-se as inovações tecnológicas para propiciar uma diminuição do trabalho necessário, mantendo-se, no entanto, a mesma forma de trabalho. Isso facilita a extração do excedente, que é o trabalho não pago ao trabalhador.

Esse desmantelamento da estrutura de produção agrícola promoveu um aumento dos conflitos no meio rural, uma vez que as relações sociais encontravam-se e ainda encontram-se até hoje abaladas. Movimentos de resistência, como ligas camponesas e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra(MST), surgiram na perspectiva de resistir às políticas que favorecem apenas ao grande latifúndio.

A luta pela posse de terra e as exigências de que se promova uma reforma agrária vêm crescendo nos últimos anos. Através de ocupações, os trabalhadores rurais se opõem a esse modelo único de desenvolvimento da agricultura defendido pelo governo e por grandes fazendeiros e latifundiários.

A necessidade de mudança nessa estrutura é clara para os diversos setores da sociedade, mas a forma como isso se dará é a grande questão. Os donos de grandes parcelas territoriais não aceitam uma reforma agrária que venha a expropriar parte de seu latifúndio. Por outro lado, os trabalhadores rurais juntos com sindicatos e a ala progressista da igreja se encontram mais mobilizados exigindo o cumprimento dos projetos já existentes como o “Estatuto da Terra” e o Primeiro Plano Nacional de Reforma Agrária, que não cumpriram sua função social.

“No campo social a reforma agrária objetiva a democratização do acesso à terra para que ela seja explorada por quem realmente nela vive e trabalha. Visa cumprir a justiça social procurando atacar os problemas do desemprego; da fome; da violência e do êxodo rural.”(PAULA, 1991)

Economicamente a reforma agrária pretende promover o desenvolvimento da economia nacional, a geração de empregos e a produção de alimentos, levando em consideração a pequena propriedade que produz os gêneros básicos, e bens passíveis de serem comercializados. A unidade dos trabalhadores rurais leva não só a uma maior resistência ao modelo da sociedade capitalista, mas à busca de alternativas a esta.

Desta forma o presente trabalho procura mostrar sob vários aspectos a importância da reforma Agrária como uma estratégia para o desenvolvimento do país. Além disso buscamos um breve histórico acerca do surgimento da propriedade; mostrar as alternativas para desenvolver sem degradar; mapear as atividades agropecuária dos assentamentos; avaliar o grau de solidarismo dentro dos assentamentos; mostrar a importância dos movimentos sociais para pressionar por uma distribuição das terras cultiváveis de forma mais igualitária;



OBJETIVOS

Objetivo Geral:

O presente estudo objetiva, em termos gerais, mostrar, sob vários aspectos, econômico, organizacional e social, a importância da reforma agrária como estratégia para a promoção do desenvolvimento do país.

Objetivos Específicos:

- Descrever o processo histórico da estrutura agrária atual;
- Aferir os indicadores de qualidade de vida das famílias assentadas
- Mapear as atividades agropecuária nos assentamentos selecionados.

CAPÍTULO I

MARCO CONCEITUAL

1- Precedentes históricos

No período do descobrimento, com o objetivo de garantir a propriedade da terra e afastar a possibilidade de invasão por outros países, os portugueses promoveram a primeira reforma na distribuição da posse de terra do Brasil. “A costa brasileira foi dividida em 12 setores com extensão de 180 a 600 quilômetros que foram denominadas capitanias. O rei dava poderes soberanos aos donatários que, além de receberem impostos e nomearem autoridades, podiam distribuir terras como bem entendessem” (PAULA, 1993:01).

O problema com invasores persistiu, levando o rei a buscar uma nova forma de ocupação territorial. “As terras foram doadas em largas faixas chamadas sesmarias(BORGES cit por PAULA), e o cultivo da cana-de-açúcar foi iniciado. Ao mesmo tempo que coroa portuguesa garantia a ocupação das terras brasileiras, os canaviais do Nordeste somado ao que já existia em Cabo Verde(África) permitia o abastecimento do mercado europeu, aumentando assim o poderio português. Segundo PRADO JR citado por DE PAULA, op.cit para a produção dos gêneros tropicais(...)sobretudo o açúcar da cana, nada mais favorável que esta baixada litorânea, úmida e quente, em que a quantidade excepcional de certos solos vinha complementar a excelência das condições características. Ocorria ainda mais, uma circunstância favorável com relação a esta localização. Produzindo exclusivamente para o exterior, as atividades das colônias, no caso o Brasil, se fixaram naturalmente próximo aos ponto de exportação.

A cultura da cana-de-açúcar persistiu por algumas décadas e caracterizou-se pelo uso de grandes dimensões territoriais; produção voltada para a exportação; alta concentração de poder e da renda nas mãos dos latifundiários e monocultura. Era necessário mão-de-obra para desenvolver essas terras. Os portugueses que chegaram ao Brasil vinham na intenção de ficarem ricos, saindo da condição de empregados e se

tornando o padrão. O Brasil era habitado por índios. Num primeiro momento a mão de obra indígena foi utilizada sem grandes problemas. Oferecia-se produtos, que para os índios eram novidade, em troca de seu trabalho. No entanto, a cultura desse povo ia de encontro ao trabalho árduo que o cultivo do pau-brasil e das culturas seguintes exigiam, levando-os a se recusar ao que lhes eram designado. Essa oposição dos índios teve como consequência a guerra entre estes e os colonizadores que levou a dizimação de diversas tribos. Mesmo assim a tentativa de escravizá-los não teve êxito.

O desenrolar dos acontecimentos obrigou aos proprietários de terras optarem pela mão-de-obra dos negros africanos. Milhares deles foram arrancados de suas tribos e trazidos para o Brasil para trabalhar nas lavouras.

Neste contexto, aqueles indivíduos que não faziam parte das duas classes sociais e, também, não se transformavam em ladrões, mendigos ou guarda-costas, transformavam-se em pequenos produtores, ocupando os interstícios do latifúndio(SILVA, 1986). “ A origem do minifúndio liga-se mais diretamente àquelas explorações de subsistência que mediavam nos interstícios dos latifúndios nordestinos seja em seu interior, seja em terras não ocupadas, do que um sistema econômico que favorecesse à pequena propriedade”(KAGEYAMA,1988:16).

Com a decadência da cana-de-açúcar o Brasil(op.cit.), no início do século XVIII, experimenta a mineração que segundo PAULA op.cit não apresentou qualquer mudança com relação à forma de exploração. O modelo era predatório e visava o comércio externo. No ciclo do ouro, como ficou conhecido esse período, o centro econômico se deslocou do Nordeste para a região Centro-Sul. O cultivo do algodão inicia-se nesse momento, contudo ainda de forma tímida, vindo a se fortalecer mais tarde com o regime de sesmarias e perdurou até 1820. Como não surgiram novas leis, as pequenas propriedades experimentaram um crescimento considerável(SILVA, 1986).

O ciclo do café começou na primeira metade do século XIX. No início apresentava características semelhantes às outras culturas do passado, predominando a ocupação de grandes faixas de terras; exploração monocultural; uso de mão-de-obra escrava e voltada para o comércio exterior(PAULA, op.cit). Mais tarde, algumas transformações foram definidas peculiaridades que acabaram diferenciando esta

cultura das até então conhecidas. O mercado externo continuava com sua importância, contudo as ações também se voltaram para o mercado interno; “a economia cafeeira tinha homens com experiência comercial(FURTADO, 1987); foi criada a “ Lei das Terras”, que redefiniu a política de terras. A aquisição desta seria feita apenas no mercado, através de sua compra. Em 1851, com a lei aurea, ficava proibido o regime de escravidão. Nesse período, de 1850 a 1888, observou-se a transformação do modelo latifundiário-escravista. “...A abolição da escravatura teria de acarretar modificações na forma de organização da produção e no grau de utilização dos fatores”(FURTADO, op. cit).

Para SOUSA, de 1888 a 1930 o país experimenta um processo de mudanças no qual a cafeicultura foi fator determinante. Começa a se consolidar no país um segmento formado por pequena fábrica de chapéus, de louças, de fiação e tecelagem”(SILVA, 1989:26). “...Construção de estradas de ferro visando o transporte de um volume de mercadorias e a expansão da área produtora; implementação de usinas de energia objetivando atender ao consumo doméstico, iluminação pública, transporte urbano, indústria têxtil e açucareira(ANDRADE, 1981:87).

A partir de 1933 iniciou-se o processo de industrialização no país. A agricultura se beneficiou desse processo através das melhoras dos instrumentos utilizados no cultivo; uso de fertilizantes para erradicar pragas etc. Contudo a estrutura agrária se manteve concentrada, conseqüentemente houve uma redução da força de trabalho necessária para esse setor..

Até 1955 eram as indústrias leves, mas a partir de 1955, com o governo de Juscelino Kubitschek foi estimulada as indústrias pesadas. Parte dos investimentos na agricultura e a mão-de-obra rural transferiu-se para o setor urbano. O café, que ainda tinha sua importância na pauta de exportação, sofreu uma queda no seu preço internacional, bem abaixo das previsões, o que levou a fortes déficits no balanço de pagamentos. Segundo SOUZA (1997) até o início dos anos 60 a agricultura ainda vinha sendo vista como conseqüência do desenvolvimento urbano industrial e do setor público. Defendia-se a total discriminação contra a agricultura, como meio de mobilizar recursos para a indústria.

Nas décadas de 1970 e 1980 passa-se a estimular o papel da agricultura no desenvolvimento econômico. “ Reconhecia-se que a agricultura respondia a estímulos externos de forma variável, em função de seu meio, do nível tecnológico e das infra-estruturas de transporte, comercialização e comunicações. Da mesma forma, os autores concordavam que o grau de resposta da agricultura aos estímulos de mercado dependia da estrutura de posse da terra, da disponibilidade de terras férteis e de crédito” (SOUZA, 1997:267).

Para PAULA(1991) o desenvolvimento do capitalismo na agricultura brasileira é considerado como “modernização conservadora”, uma vez que as inovações tecnológicas foram implementadas sem uma modificação na estrutura fundiária e na estrutura de poder.

Ainda hoje, apesar do maior grau de mobilização dos trabalhadores rurais e das lutas por eles travada, essa estrutura continua prevalecendo. A aristocracia rural ainda resiste as mudanças e cria sempre novas formas para garantir a grande propriedade.

A questão agrária

Logo depois da Segunda Guerra Mundial iniciou-se os principais debates e preocupações com a realidade do país, principalmente relacionado a questão agrária. Nesse período fica bem claro a divisão do mundo em dois grandes blocos. De um lado “representado pelo capitalismo norte-americano e do outro lado pelo socialismo”(SOUSA,1993). Essa visão influenciou as propostas de mudança da estrutura agrária do Brasil. As teses comungavam da idéia de que era necessário uma mudança na estrutura para desenvolver a agricultura.

Os estruturalistas acreditavam na reforma agrária como forma de mudar a estrutura agrária. A produção de alimentos a baixo custo para o mercado interno e para ampliação do consumo de bens industriais”(SOUSA, 1993).

GUIMARÃES(1981)citado por SOUSA op. cit., que defendia a tese feudal, aponta dois elementos como mais importantes: O monopólio da terra, característica do

regime feudal; e o fato do trabalhador rural não poder ser inserido nas relações do tipo capitalista, ou seja, vender livremente sua força de trabalho.

PRADO JR.(op. cit.) vê na acentuada concentração da terra e sua conseqüente monopolização, o óbice ao desenvolvimento do capitalismo na agricultura do Brasil, resultando em baixos salários e condições precárias de vida.

A reivindicação principal da população rural brasileira é a obtenção de melhores condições de trabalho e emprego, a extensão da legislação social trabalhistas para o setor. A preocupação com a ocupação e a posse da terra está restrita a alguns setores com importância secundária. Portanto “ as transformações dessas relações de trabalho por uma política reformadora, não terá pois que visar as instituições jurídicas, e deverá sim atuar direta ou indiretamente sobre as circunstâncias determinantes do equilíbrio no mercado de trabalho”(PRADO JR, 1987:69)”.

Ao final dos anos 50 o período era de crescimento industrial e urbanização, por outro lado e um desequilíbrio e pressões inflacionárias por outro. A avaliação que se fez era que a estrutura agrária concentrada, baseada no grande latifúndio promovia esse desequilíbrio. É nesse contexto que o setor agrícola sofrerá importantes modificações ao nível das relações de trabalho prevalentes no campo. O padrão de dominação tradicional passa a sofrer impactos de um duplo movimento. De um lado, os movimentos sociais, na política nacional, que tinha como principal meta a reforma agrária, de outro o rápido surgimento e difusão das organizações sindicais de pequenos produtores e trabalhadores rurais

No meado dos anos de 1960 o Brasil adota estratégias de desenvolvimento que vislumbram o setor agrário. As medidas tomadas nesse período buscavam a modernização da agricultura seguindo a lógica capitalista: “... a inserção da agricultura dentro do desenvolvimento orientado pelo grande capital monopolista, que se afirma nesse período, se dará dentro das coordenadas gerais de expansão da produção agrícola para o mercado externo e interno, de modo a permitir a manutenção dos baixos custos de reprodução do trabalho urbano e de aumentar o montante de divisas para que se mantenham as importações de insumos e máquinas para a expansão do parque industrial, centrado no desenvolvimento de um complexo agroindustrial, liderado pelas

grandes empresas estrangeiras e pela correlação de forças sociais no campo, totalmente favoráveis aos grandes proprietários” (SORJ, 1980:69).

Na verdade, as medidas tomadas nesse período tinham como objetivo acelerar o desenvolvimento do capitalismo no campo, daí a criação de uma política agrícola que privilegiasse as grandes empresas através de incentivos financeiros. Desta forma o Estatuto da Terra, que foi promulgado com o objetivo de resolver os conflitos fundiários, “...não se preconizava(...)destruir o latifúndio de forma radical,(...)tratava-se na verdade de superar lentamente, a partir de uma série de estímulos especiais, certas contradições que a propriedade improdutiva da terra gerava para o capitalismo”(SILVA, 1985).

Na década de 70 , os debates sobre reforma agrária se intensificaram ainda mais. Os trabalhadores sem terra passaram a contar com o apoio mais forte dos sindicatos e da ala mais progressista da igreja, sendo que esta participou a formação de sindicatos e orientação dos trabalhadores. “Paralelamente ao movimento sindical de trabalhadores rurais, organiza-se, a partir do apoio de organizações progressistas da igreja, o Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra”(SILVA 1985:54). A exigência de cumprimento do “Estatuto da Terra” leva a mobilização dos trabalhadores sem terra que decidem pela ocupação das terras improdutivas. O governo, através do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária-INCRA, realizou seminários de discussão sobre o problema agrário brasileiro com a proposta de elaboração do Primeiro Plano Nacional de Reforma Agrária - PNRA. Segundo ARAÚJO(1990), muito antes da divulgação do primeiro PNRA, os trabalhadores, nas tentativas iniciais de articulação Nacional incluem a reforma agrária no plano de lutas aprovado na Primeira Conferência das classes trabalhadoras - CONTLAT, realizada em 1981.

O primeiro PNRA tinha como objetivo geral “promover melhor distribuição da terra, mediante modificações no regime de sua posse e uso; adequando-se às exigências de desenvolvimento do país através da eliminação progressiva do latifúndio e do minifúndio, de modo a permitir o incremento da produção e da propriedade atendendo, em consequência, os princípios de justiça social e o direito a cidadania do trabalhador rural. E objetivos específicos:¹

¹ Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA .Proposta para Elaboração do Primeiro Plano Nacional de Reforma da nova República 1º PNRA. Brasília, 1985.

- Contribuir para o aumento da oferta de alimentos e de matérias-primas, visando ao atendimento prioritário do mercado interno;
- possibilitar a criação de novos empregos no setor rural, procurando atenuar a pressão populacional sobre as áreas urbanas e os problemas dela decorrentes;
- contribuir para aumentar os benefícios sociais pelas inversões públicas direta ou indiretamente relacionadas com o desenvolvimento do setor rural
- promover a paz social no meio rural, mediante a erradicação dos focos de tensão.

A grande meta seria atender 1,4 milhão de famílias de trabalhadores sem terra ou com pouca terra. As áreas prioritárias destinadas aos assentamentos compunha-se de terras passíveis de desapropriação. Os recursos públicos financeiros existentes serão incorporados ao processo de reforma agrária. Os planos regionais seguiram a orientação do plano nacional. No Ceará a retirada da definição de áreas prioritárias a serem desapropriadas acabou gerando problemas, uma vez que todas as áreas seriam consideradas como prioritárias.

SOUSA(1993), aponta que embora descaracterizado, o PNRA, não deixou de despertar a desconfiança dos donos do poder e de terras, que passaram a rearticular-se formando uma poderosa organização, a União Democrática Ruralista - UDR, anti-reformista, congregando em seu seio, pecuaristas e latifundiários que adotam ações políticas e paramilitares, objetivando evitar que o PNRA abra caminho a uma verdadeira reforma.

Dados do INCRA mostram que o PNRA não foi suficiente para reverter o quadro fundiário. Dos 43.890.000 hectares previstos para a reforma, o governo desapropriou apenas 5059.394 hectares. Apenas 43.890 famílias, das 14,000.000 famílias previstas inicialmente no plano foram assentadas.

Segundo PRADO JR(1981) mais da metade da população do país dependem da utilização da terra para seu sustento.No entanto essa possibilidade de apropriação é oferecida a uma pequena minoria.Isso traz conseqüentemente ínfimos padrões de

existência a essa maioria e os condena à miséria e sem perspectivas, e constitui obstáculos ao desenvolvimento do país.

Para os grandes fazendeiros a terra não significa mais do que um grande negócio. A utilização desta se dá de forma similar a uma grande empresa. É claro que no caso da agroindústria existe o uma maior vulnerabilidade por conta do “fator natureza”, que acaba influenciando muitas vezes negativamente.

A Fundação ESQUEL² avalia, existe a necessidade de técnicos ajudarem a comunidade em que se esta trabalhando a planificar em grupo e individualmente a forma de identificar a satisfação e a solução dos problemas mais sérios desta, assim como planejar a melhor utilização dos recursos disponíveis, ampliando-os com a ajuda governamental e privada de fora da comunidade.

Os planos de desenvolvimento dos países rurais se deram pela necessidades de ampliar o mercado dos países desenvolvidos. Segundo a fundação ESQUEL, em 1960 esses planos existiam em mais de 60 países da África, Ásia e América Latina. “Esta expansion se debió al fuerte impulso dado por EUA, que aportó lo fundamental del apoyo financiero a los programas”. (ESQUEL, 1989). No Brasil esse desenvolvimento se deu seguindo a orientação cepalina e com o comprometimento do setor público.

O argumento central da Escola Estruturalista era de que os países periféricos, continuariam, a longo prazo, a experimentar a depreciação nas suas relações de troca com as economias centrais.

Esta depreciação seria gerada Pela baixa elasticidade- preço e renda da demanda nas economias centrais por produtos da periferia, Pela elasticidade elevada de demanda da periferia por produtos das economias centrais e pelas formas de mercado em que as mercadorias eram transacionadas.

O campo sofreu uma transformação através de uma mecanização da agricultura. Para o grupo ESQUEL, a Cepal explicava a dificuldade nas relações comerciais pelo

² A Fundação ESQUEL, reúne um grupo de pessoas que estuda e propõe alternativas, na ótica americana, para a economia da América Latina.

lento crescimento da produção, que não correspondia às demandas nacionais e internacionais. A solução viria mediante o processo de mudança tecnológica que aumentaria os rendimentos da terra. A reforma agrária era visualizada nesses termos.

Os estudos da Cepal, dentre outras organizações, observaram como limitantes do desenvolvimento rural a alta concentração das terras, associado ao poder que esta atribui aos seus possuídores. Permitindo a estes o controle em vários setores da sociedade.

Segundo o grupo ESQUEL, a consequência disto é:

- Baixa produtividade econômica, já que a estrutura impede a total e eficiente utilização das terras, mão-de-obra e outros recursos agrícolas;
- Desigual distribuição de renda, com um alto consumo improdutivo dos latifundiários;
- Alta imigração para as cidades em função das condições agrária que expulsa os habitantes que vão em busca de sobrevivência.

Para o grupo ESQUEL somente o rompimento com essa estrutura arcaica levaria ao desenvolvimento dos campos.

“ A reforma é necessária por três razões primordialmente:

- a- Realizar uma mudança estrutural que permite aproveitar intensamente o potencial de desenvolvimento e promover a mobilidade social, com importantes consequências econômicas, sociais e políticas;
- b- Satisfazer a demanda de uma população que cresce rapidamente;
- c- Elevar o nível de vida das massas rurais.

Seguindo a Cepal, que pregava a industrialização nos países periféricos para alcançar o desenvolvimento, criou-se o Conselho de Desenvolvimento”, encarregado de traçar a estratégia de desenvolvimento para o país. Este Conselho formulou o Plano de Metas que objetivava “ elevar o quanto antes o padrão de vida do povo, ao máximo, compatível com as condições de equilíbrio econômico e estabilidade social” .

Conceitos e Análises da Pobreza e Desenvolvimento Econômico

Apesar do Brasil abrigar um exército de miseráveis de 33 milhões de pessoas, nos últimos boletins do Índice de Desenvolvimento Humano(IDH) da Organização das Nações Unidas(ONU) este foi colocado entre o grupo dos países com padrão intermediário de renda per capita. Esse padrão deve-se a pequena parcela da população que auferem padrões de renda consideráveis.

Dai a razão do Brasil ser reconhecido nacional e internacionalmente como um dos países com maior concentração de renda e desigualdades sociais do mundo. Ao falarmos sobre o conceito de desenvolvimento é importante não confundirmos com crescimento econômico. O segundo se limita um “aumento da capacidade produtiva da economia e, portanto dos bens e serviços de determinado país ou área econômica. Enquanto desenvolvimento econômico é o crescimento econômico acompanhado pela melhoria do padrão de vida da população e por alterações fundamentais na estrutura de sua economia”(SANDRONI,1994).

Para GARCIA op cit por Lemos(1999) desenvolvimento é o resultado de um processo global de transformações revolucionárias nas relações de produção e nas condições históricas de vida de uma sociedade em suas diversas e interrelacionadas dimensões: econômicas, sociais e culturais.

Segundo ALLEN & THOMAS(1992:06) desenvolvimento é uma palavra positiva e quase um sinônimo de progresso. Ele implica ruptura do padrão de vida estabelecido que a longo prazo tende a crescer, melhorando educação e o bem-estar para a sociedade como um todo de forma mais igualitária.

A Organização das Nações Unidas(ONU) utiliza o Índice de Desenvolvimento Humano(HDI) para verificar o grau de desenvolvimento de um país. Os indicadores utilizados nessa aferição são: Esperança de vida ao nascer, percentagem de adultos alfabetizados; Taxa combinada de matrícula no primeiro, segundo e terceiro graus e PIB percapita ajustado ao poder de compra e com retornos marginais decrescentes a renda a partir de um determinado patamar.

Para LEMOS(1995) esses 4 indicadores não são suficientes para auferir padrões de desenvolvimento em economias subdesenvolvidas, uma vez que quando se



acrescenta outros indicadores como: percentagem da população com acesso a serviço de saneamento; percentagem da população com acesso a água potável; oferta diária de calorias de acordo com relação aos padrões internacionalmente aceites como mínimas; taxa de mortalidade infantil, a posição de países como o Brasil despenca consideravelmente aos padrões mundiais.

Desenvolvimento Sustentável

Na visão de REPETO(1986) citado por LEMOS(1995) Desenvolvimento sustentável é uma estratégia de desenvolvimento que maneja de forma conveniente todos os ativos, os recursos naturais, e recursos humanos, bem como ativos físicos e financeiros, para incrementar tanto a riqueza como os níveis de bem-estar de longo prazo.

“Sustentabilidade quer dizer o reconhecimento de limites biofísicos colocados, incontrolavelmente pela biosfera no processo econômico. Esta é uma percepção que sublinha o fato de que a primeira(ecologia) sustenta o último(a economia), dessa forma obrigando-o a operar em sintonia os princípios da natureza.” (CAVALCANTI 1994:38).

Empregar os princípios da sustentabilidade implica desmontar costumes e interesses cristalizados que na maioria das vezes vai de encontro ao processo de mudança.

“É um projeto de sociedade alicerçado na consciência crítica do que existe e um propósito estratégico como processo de construção do futuro”(CAVALCANTI 1997:16).

MENDES aponta seis aspectos prioritários que devem ser entendidos como metas para o Desenvolvimento Sustentável:

i - A satisfação das necessidades básicas da população (educação, alimentação, saúde, lazer, etc);

ii - a solidariedade para com as gerações futuras (preservar o ambiente de modo que elas tenham chance de viver);

iii - a participação da população envolvida (todos devem se conscientizar da necessidade de conservar o ambiente e fazer cada um a parte que lhe cabe para tal);

iv - a preservação dos recursos naturais (água, oxigênio, etc);

v - A elaboração de um sistema social garantindo emprego, segurança social e respeito a outras culturas (erradicação da miséria, do preconceito e do massacre de populações oprimidas, como por exemplo os índios);

vi - A efetivação dos programas educativos.³

Para uma transformação mais ampla, que se propõe a uma nova ética de desenvolvimento, é necessário um comprometimento e uma interação entre o Estado e a sociedade como um todo. O governo atua através de políticas que vislumbram manter a saúde do ecossistema a longo prazo através do uso coerente dos recursos naturais.

Segundo LIMA(1998:26) para serem eficientes essas políticas devem ser capazes de redirecionar a economia do país evitando atividades que propiciem o desaparecimento dos recursos naturais. O desenvolvimento sustentável deve garantir que essas atividades sejam realizadas e passadas para gerações futuras sem danos.

Autogestão, Cooperação e o Setor rural

Segundo BOURDET&GUILLERM(1976) a palavra autogestão passou a ser usada a partir da década de 60, na França. Os franceses a utilizaram para designar a experiência político-econômico-social da Iugoslávia de Tito, em ruptura com o stalinismo.

“A autogestão é um modelo de organização em que o relacionamento e as atividades econômicas combinam propriedade e/ou controle efetivo dos meios de produção com participação democrática da gestão”.⁴

³ Marina Mendes site http://educar.sc.usp.br/biologia/textos/un_a_txt2.html

Um sistema autogerido fornece condições de igualdade econômica, social e política aos indivíduos nele inserido.”É resultante da livre associação de homens iguais na sociedade sem classe”.(BOURDET&GUILLERM,1976:09).

As últimas décadas têm sido marcadas pelo uso indiscriminado da palavra “autogestão”, o que tem dificultado na elucidação teórica do significado deste termo.

Para iniciarmos um conceito sobre autogestão é importante conhecermos algumas etapas que precedem o modelo.

PARTICIPAÇÃO—“Participar não é autogerir (BOURDET&GUILLERM,1976:19). Na participação o trabalhador se integra ao trabalho antes designado, assumindo apenas o papel de executor. Mesmo podendo ter participação nos lucros da empresa o funcionário não tem como intervir na gestão desta.

CO-GESTÃO – O trabalhador se posicionará além de um simples executor. Será dotado de um certo grau de liberdade na realização de suas atividades. A definição das metas entretanto, se encontra centralizada na direção da empresa.

CONTROLE OPERÁRIO – Nesse estágio o operário ainda não tem uma participação na direção, todavia consegue conquistar direitos não concedidos espontaneamente. As greves são exemplos do “controle operário, em que o grau de organização determinará as conquistas.

O controlador operário atua sobre pontos específicos. Normalmente é ausente de questionamentos mais profundos, como o antagonismo de classes por exemplo.

COOPERATIVA – “Na cooperativa de produção o caráter contraditório do trabalho de direção desaparece, visto que o diretor é remunerado pelos trabalhadores em lugar de representar em face destes o capital”.(MARX cit Bourdet&Guillerm).

O surgimento das cooperativas por volta de 1860 causou espanto e curiosidade na sociedade da época assim como para os intelectuais. Essa nova forma de organização, traduzida na cooperação dos indivíduos, recebeu o apoio de membros da classe dominante por serem vistas como um escape para o sistema até então em vigor.

⁴ ANTEAG site <http://www.anteag.org.br>

A crise do trabalho, refletido no aumento do desemprego, tem levado à necessidade os trabalhadores, de uma forma geral, a buscarem novas formas de organização.

Na agricultura não tem sido diferente. Com a modernização tecnológica, a agricultura capitalista se fortaleceu em detrimento da agricultura camponesa. Levando a uma crise do trabalho para os pequenos produtores.

Dentre essas experiências observadas o cooperativismo se apresenta como a forma mais expressiva atualmente. No Ceará o surgimento desse tipo de empreendimento se deu na década de 40 e esteve ligado a cooperativas de crédito e ao surgimento da Organização das Cooperativas do Estado do Ceará – OCEC. Essa primeira fase vai até a década de 60 e se destacam a criação da Cooperativa Bancária Ltda(1943) .

A utilização da terra de forma indiscriminada, levando em consideração apenas o lucro, caracteriza a produção agrícola do país. Um cultivo voltado para o mercado, que desconsidera a qualidade de vida das pessoas e a limitação ambiental. A idéia de solidarismo e autogestão vai de encontro a essa estrutura.

Os assentamentos hoje vêm se estruturando na perspectiva de manter práticas de solidarismo e autogestão. Mesmo assim a dificuldade em criar uma nova lógica de mercado ainda dificulta muito o trabalho daqueles que se propõem a promover mudanças.

CAPÍTULO II

FONTES DE DADOS E METODOLOGIA

Considerações Iniciais

A pesquisa de campo torna-se necessária para discutir como se dá na prática o modelo alternativo de agricultura e organização alternativas. A visita aos assentamentos citados abaixo tendo como base a aplicação do questionários permitiu conhecer melhor a realidade dos assentado e suas indiocrasias.

Os assentamentos estudados foram escolhido de forma aleatória sendo eles: Redonda, localizado em Icapuí – CE; Malacacheta, localizado no município de russas – CE; Recreio, localizado no município de Quixeramobim-CE e Caldeirão, localizado no município de Quixeramobim –CE. O espaço amostral foi de 80 famílias escolhidas aleatoriamente, sendo 35 em Quixeramobim; 25 famílias em Russas e 20 famílias em Icapuí.

Metodologia

A elaboração do trabalho da presente investigação adotou uma metodologia analítica da qual tenta-se conhecer os aspectos que caracterizam e fundamentam o tema em discussão. O método histórico de investigação também foi utilizado visando permitir um entendimento do que é a estrutura agrária no país hoje.

Na segunda parte busca-se mostrar empiricamente a discussão teórica iniciada. Os dados foram levantados através da utilização de questionários com 75 questões fechadas aplicados diretamente às famílias nos assentamentos escolhidos.

A pesquisa foi realizada em quatro diferentes assentamentos que foram escolhidos levando em consideração o tipo de organização política, geográfica e sócio-econômica. Assim como foi pré-estabelecido que as famílias entrevistadas deveriam pertencer a assentamentos onde a utilização da terra fosse de forma parcelada ou coletiva o que permitiria uma melhor comparação entre os dois modelos. Somente 20 dos 80 questionários foram aplicados em um assentamento parcelado o que dificultou tal comparação do ponto de vista estatístico. Todavia a pesquisa de campo permitiu perceber pontos como o grau de organização, cooperativismo e solidarismo de cada um desses.

Identificação os Assentamentos

Projeto de Assentamento Malacacheta Boa Vista.

O assentamento Malacacheta Boa Vista localiza-se no município de Russas -CE, Micro-região do Baixo Jaguaribe. A distância do projeto em relação à sede do município é de 22,30 km. Faz limites: ao Norte, com o Rio Palhano; ao Sul, com herdeiros de Solon da Silva; a Leste, com Antônio Gonçalves; e a Oeste, com Valmar Pinheiro .

O principal acesso ao Projeto de Assentamento, é a BR 116. Este conta com uma área total de 1.346,865ha.O acesso ao assentamento é bom o ano todo, não havendo portanto problemas com relação a escoamento de produção.

O número de famílias assentadas soma-se a 25 mas a capacidade é para 35 famílias.

A Entidade representativa do Assentados é a Associação Cooperativista do Assentamento Malacacheta / Boa Vista

Histórico

O imóvel Malacacheta/Boa Vista, pertencia por ocasião da desapropriação a Agropecuária Malacacheta S.^a A fazenda era criadora de gado bovino de leite e corte, ovinos e caprinos e também durante algum tempo explorou a piscicultura. Após alguns anos de grande produção, algumas atividades foram diminuindo, o imóvel foi vendido e a situação continuou a mesma, caracterizando uma decadência do empreendimento. O Sindicato dos trabalhadores de Russas, sabendo da situação da fazenda, solicitou ao INCRA uma vistoria, na perspectiva de desapropriação da mesma, para fins de Reforma Agrária. Segundo as informações, os donos tinham interesse em vender a fazenda ao INCRA.

Após o trabalho de vistoria, em 05 de Junho de 97 aconteceu a imissão de posse. O Sindicato, juntamente com técnicos do INCRA, fizeram a sensibilização das famílias do entorno para o cadastramento. As famílias que chegavam, ficavam nas casas da propriedade e no estábulo, quem não tinha onde se alojar, vinha durante o dia para trabalhar e retornava às suas casas a noite. Alguns moradores antigos da fazenda permaneceram como assentados.

Durante esses quatro anos de existência o projeto passou por situações difíceis, pois a questão organizativa, nesse período, tem sido um desafio constante. Foram quatro diretorias, e muitos problemas de má gestão de recursos, autoritarismo e perseguição a pessoas dentro do assentamento. Esses fatos têm atrapalhado em muito o desenvolvimento do assentamento, que não conseguiu até então, possibilitar, apesar do montante de recursos que já recebeu, uma situação econômica boa para a maioria das famílias.

No geral, a situação econômica das pessoas assentadas é precária, pois até para alimentação, dependem da ajuda do governo através dos Programas bolsa renda e bolsa escola ou da pesca no açude. Parte da pesca é consumida e outra é vendida para atravessadores das comunidades vizinhas.

Cerca de sete das vinte e cinco famílias assentadas, tem situação econômica melhor, em razão principalmente, de terem conseguido se destacar na atividade pecuária. Uma família já trouxe algumas cabeças de bovinos e ovinos, e ampliou após receber os créditos, as outras iniciaram o rebanho de ovinos, já no P.A., e hoje com estes animais, estão em condição de sustentar as famílias em melhores condições que as demais.

Projeto de Assentamento de Redonda

O assentamento localiza-se a 18 km da sede do município de Icapuí, no distrito de Redonda e tem como vias de acesso as rodovias CE 040 litorânea, até Aracati, BR 304 na direção de Mossoró até o km 80, e CE 261 acesso a Icapuí; ou vindo de Mossoró RN, BR 304 na direção de Aracati CE 261 acesso a Icapuí. Pode-se ainda utilizar a BR 116, até Boqueirão e a BR 304 até o km 80 e em seguida a CE 261.

O assentamento conta com uma área total de 3.772,9800 e conta com um número de 260 famílias assentadas. A entidade representativa é a Associação Comunitária de Redonda

Histórico

Na década de 1970, existia na comunidade Redonda duas famílias, os "Crispim" e os "Corrupios". A família Crispim resolveu comprar as terras que pertenciam à Igreja de Santa Luzia. A terra tinha a extensão de cerca de 3.600 ha. Após a documentação da propriedade ser legalizada a família Crispim cedeu ao a família Corrupio e aos seus filhos o direito de construir as suas casas e cultivarem agricultura de subsistência. Os filhos das duas famílias se casaram entre si e passaram a constituir a comunidade local. Na época cultivavam milho, mandioca, cajueiro, e algodão. Destes, produtos, apenas o algodão era comercializado, e portanto gerador da renda monetária das famílias, juntamente com a pesca artesanal. Nessa época, qualquer pessoa que chegava à Redonda, podia construir sua casa se instalar sem nenhum problema.

Nesse mesmo ano, 1975, alguns proprietários começaram a explorar a terra além de seus limites o que causou revolta entre os outros moradores. A partir desse momento teve início a luta pela posse da terra. De um lado as trinta famílias nativas da Redonda lideradas que reclamavam a propriedade da terra, e de outro, As famílias que se encontravam em situação de "sem terra", por estarem sendo expulsos das fazendas que seriam vendidas.

Em meados de Agosto de 1982, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, dá início ao processo de desapropriação da fazenda Redonda. Em 23 de Novembro de 1982, é assinado o decreto de desapropriação e em 25 de Novembro de 1982 INCRA, indeniza e expulsa da região as firmas ali instaladas, quais sejam: CAJUNOR - Caju do Nordeste S/A; GEBA - Empreendimentos Comércio e Participação LTDA; GEBA - Litorânea Florestamento LTDA;

Com esses acertos, os nativos retomaram suas terras e começaram o processo de organização, como beneficiários da Reforma Agrária. Os assentados na propriedade eram todos de Peroba, Barreiras, Icapuí e Belém.

Projeto de Assentamento Caldeirão

O Assentamento do Caldeirão localiza-se no município de Quixeramobim numa área total de 20.401ha. Conta-se com um número de 71 famílias cadastradas e 11 famílias agregadas.

O assentamento teve início após a morte do dono da fazenda.

No dia 02 de setembro de 1995 um grupo de trabalhadores rurais das comunidades de Oiticica, paus Brancos e algumas outras que se localizavam aos arredores, organizados pelo MST, ocuparam a fazenda Tanquinho, que na época estavam sob a administração dos herdeiros. Estes exploravam menos de 20% da área total, deixando a maior parte da fazenda improdutiva.

Em outubro do mesmo ano foi realizado um acordo em que os trabalhadores deveriam desocupar a fazenda enquanto acontecia o processo de desapropriação do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária-INCRA. Finalmente, em dezembro de 1995 os trabalhadores reocuparam a fazenda e iniciaram o processo de exploração.

Projeto de Assentamento Recreio

O assentamento Recreio localiza-se no município de Quixeramobim e conta com uma área total de 2.645ha. O empreendimento conta com dois açudes, um pequeno e um grande que foi construído mais recentemente pelo INCRA. A principal atividade é a agricultura (milho, feijão e algodão) e pecuária. A Entidade representativa é o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Quixeramobim.

Desde 1985 algumas famílias moravam e plantavam com a permissão do proprietário nas terras onde se localizava hoje o assentamento. Fizeram a cerca, plantavam e pagavam uma renda em produto (sob uma forma de ferragem) com a qual o dono da terra alimentava o próprio gado e/ou vendia quando lhe era conveniente. A partir de 1991, quando havia cerca de 30 famílias, o proprietário começou a proibir qualquer atividade na sua terra e a exigir a saída de todos. Essa atitude causou uma forte

revolta e as famílias continuaram trabalhando na terra, tendo, inclusive, três pessoas sido intimadas a comparecer ‘a delegacia de polícia, no que foram acompanhada pelas demais. Como 1992 foi um ano de seca, isto contribuiu para amenizar o conflito: para alívio do proprietário, ninguém teve condições de plantar. Porém, na noite do dia 30 de novembro para 01 de dezembro, organizadas pelo sindicato e pelo Movimento dos sem terra aquelas 30 famílias e mais outras, ocuparam definitivamente a terra na qual já haviam trabalhado por mais de 6 anos. Eram pelo menos 70 famílias na ocupação que passaram a viver em barracas improvisadas sob ameaça permanente da polícia e de tiros dos jagunços do patrão.

O acampamento situado dentro de um córrego durou quase 6 meses sob a chuva do inverno cearense; a alimentação básica era o peixe de um açude próximo, farinha e feijão conseguidos pelo sindicato junto aos comerciantes públicos locais. O acampamento foi deslocado para um local mais elevado e seco, em barracas de telha e pau a pique, fornecidas pelo prefeito, permanecendo por mais de quatro meses, quando saiu a imissão de posse no final de 1993. A partir desse momento foram construídas casas de taipa; a casa grande do ex-proprietário foi dividida para acomodar várias famílias; e já em 1994 conseguiram a instalação de uma escola municipal que, com a retirada posterior das famílias, passou a funcionar na “casa grande”.

Das famílias que participaram da ocupação, restaram 45. Um ano depois da “emancipação” obtiveram recursos através do INCRA, para alimentação e compra de animais, quando então normalizaram o funcionamento das atividades. Com mais um ano de ocupação construíram casas para 41 famílias com crédito para 30. Obtiveram ainda um empréstimo para investimento do FNE, junto ao Banco do Nordeste, para aquisição de gado e ferramenta e outros créditos para custeio agrícola. Novos créditos foram obtidos para a compra de matrizes e com algumas sobras adquiriram um trator para dar uma nova dinâmica ‘as atividades agrícolas.

Comunidades e Tipo de uso da terra

Os assentamentos pesquisados foram Caldeirão, localizado em Quixeramobim, onde foram entrevistadas 20 famílias; Malacaxeta, localizado em Russas, onde foram entrevistadas 25 famílias; Redonda, localizado em Icapui, onde foram entrevistadas 20 famílias; e Recreio, localizado em Quixeramobim, onde foram entrevistadas 15 famílias. As famílias dos assentamentos Caldeirão, Malacaxeta e Recreio usam a terra de forma coletiva, enquanto que as famílias do assentamento Redonda utilizam a terra de forma parcelada. (Tabela 1)

TABELA 1: Municípios e Povoados de Onde Foram Extraídas as Amostras Utilizadas na Pesquisa

Município	Assentamentos	Número de Famílias
Quixeramobim	Caldeirão	20
Russas	Malacaxeta	25
Icapui	Redonda	20
Quixeramobim	Recreio	15
Total		80

Fonte: Dados da pesquisa de campo

Características dos Domicílios

Os dados referentes às condições de habitação revelam que 96,3% das famílias entrevistadas possuem suas casas toda de alvenaria; 64,2% dos domicílios possuem área entre 48 e 77 m², sendo que 36,3% dos domicílios possuem 6 cômodos. (Tabela 2)

Todas as famílias entrevistadas dispõem de energia elétrica, sendo que 41,7% das famílias têm um gasto de um a cinco reais mensais; 26,6% têm um gasto de 5 a 10 reais; 22,9% têm gasto de 15 a 23 reais por mês. (Tabela 3).

Tabela 2: Característica dos domicílios

Área do Terreno (m²)	Freq Absol	Freq Rel%
300	1	1,5
1000	1	1,5
1250	1	1,5
1875	16	23
2400	25	35
2500	22	31,5
2560	1	1,5
3750	1	1,5
5000	2	3
Total	70	100
Área da casa (m²)		
16-48	7	9,2
48-77	51	67
77-112	14	18,5
112-130	3	4
354	1	1,3
Total	76	100
Nº de cômodos da casa		
2	3	3,8
3	4	5
4	4	5
5	23	28,7
6	29	36,3
7	9	11,3
8	3	3,8
9	3	3,8
Não respondeu	2	2,7
Total	80	100
Tipo de construção da casa		
toda alvenaria	77	96,3
parcialmente alvenaria	1	1,3
toda taipa	1	1,3
toda madeira	1	1,3
Total	80	100

Fonte: Dados da pesquisa de campo

Tabela 3: Despesa com energia elétrica

Despesa mensal (R\$)	Nº de famílias	Freq. Rel. %
0-1	6	7,8
1-5	33	41,7
5-10	21	26,6
10-15	18	22,9
15-23	5	6,4
Não respondeu	3	3,8
Total	80	100

Fonte: Dados da pesquisa de campo

Indicadores de Saneamento Básico

Do total das residências entrevistadas, 52,5% possuem privada dentro da casa; 10% possuem privada fora da casa e 37,6% das residências não possuem privada. Quanto ao destino das fezes, 51,2% das famílias utilizam fossa séptica; 43,8% revelaram que jogam no mato; apenas 2,5% das famílias dispõem de esgoto público.

No que se refere à procedência da água, 32,5% das famílias se utilizam de carro pipa; 26,3% de poço comunitário; 15% das famílias dispõem de cacimba; 7,5% de açude. Quanto ao tratamento dado à água bebida pelas famílias, 96,2% das famílias declararam que fazem algum tratamento, sendo que 53,8% das famílias cõa; 38,8% colocam cloro e 3,8% filtram água.

Com relação ao lixo que é produzido, 68,8% das famílias declararam que queimam o lixo; 20% jogam em qualquer lugar; 8,8% das famílias queimam e enterram o lixo; e 1,3% enterra das famílias enterra o lixo.

Tabela 4: Indicadores de saneamento básico

Localização da privada	Freq. Absol.	Freq. Rel.%
Dentro de casa	42	52,5
Fora da casa	8	10
a casa não tem privada	30	37,6
Total	80	100
Destino das fezes		
esgoto publico	2	2,5
Córrego	1	1,3
Fossa séptica	41	51,2
Mato	35	43,8
Vala coberta ou sentina com pedra	1	1,3
Total	80	100
Procedência da água		
sistema de água da comunidade	1	1,3
Açude	6	7,5
Poço comunitário	21	26,3
Cacimba	12	15
Rio	2	2,5
Cisterna	12	15
Pipa	26	32,5
Total	80	100
Tratamento da água		
Filtra	3	3,8
Cóa	43	53,8
coloca cloro	31	38,8
Não trata	3	3,8
Total	80	100
Destino do lixo		
Joga em qualquer lugar	16	20
Queimado	55	68,8
queimado e enterrado	7	8,8
enterrado	1	1,3
Não respondeu	1	1,3
Total	80	100

Fonte: Dados da pesquisa de campo

Nível de Escolaridade

Com relação ao nível educacional, 78 famílias responderam ter crianças e jovens em idade escolar (7 a 14 anos). Contudo, apenas 47 famílias declararam se essas estavam ou não na escola. Do total das crianças e jovens, 56,3% estão na escola.

Referente ao nível de escolaridade dos adultos constatou-se que 38,8% dos pais de famílias são analfabetos; 2,5% possuem menos de um ano de escola; 52,5% possuem o primeiro grau incompleto; 3,8% possuem o segundo grau completo. Quanto a mãe das famílias, 25% são analfabetas; 2,5% têm menos de um ano de escola; 55% possuem o primeiro grau incompleto; 6,3% possuem o segundo grau completo.

Tabela 5: Nível de escolaridade das crianças e jovens (7 a 14 anos)

Idade das crianças e jovens	Freq. Absol.	Freq. Rel. %
1-3	35	43,9
4-6	20	25,1
7-9	15	18,8
10-13	6	7,6
16	2	2,5
Não Respondeu	2	2,5
Total	80	100
Nº de crianças na escola		
Sim	45	95,7
Não	2	4,3
Total	47	100

Fonte: Dados da pesquisa de campo

Tabela 6: Nível de escolaridade dos adultos

Pai da família	Freq. Absol.	Freq, Rel. %
Analfabeto	31	39,2
menos de um ano de escola	2	2,5
primeiro grau incompleto	42	53,2
primeiro grau completo	1	1,3
segundo grau completo	3	3,8
Total	79	100
Mãe da família		
Analfabeto	20	26,6
menos de um ano de escola	2	2,7
primeiro grau incompleto	44	58,7
primeiro grau completo	2	2,7
segundo grau incompleto	2	2,7
segundo grau completo	5	6,6
Total	75	100

Fonte: Dados da pesquisa de campo

Características da produção agropecuária das famílias

O tamanho da propriedade das famílias varia de 0,5 a 9 ha, sendo que do total das famílias entrevistadas 11,5% possuem propriedade de 0,5 a 1,5 ha ; 12,6% possuem de 3 a 4,5 ha; 31,4% possuem propriedade de 1,5 a 3 ha; 20,1% têm propriedade de 4,6 a 6 ha; e 23,8% das famílias possuem propriedade de 6 a 9 ha.

Quanto ao uso da força de trabalho familiar, 53,8% das famílias entrevistadas declararam que utilizam apenas força familiar. Das famílias que contrataram mão de obra extra, 23,6% fizeram o pagamento em espécie e 22,5% trocaram por outros serviços.

Tabela 7: Características da produção

Tamanho da propriedade (ha)	Freq. Absol.	Freq. Rel. %
0,5-1,5	9	11,3
0,5	1	1,3
1,5-3,0	25	31
3,0-4,5	10	12
4,5-6	16	20,4
6-9	19	24
Total	79	100
Tempo do plantio na mesma área da roça (ano)		
1-5	73	91,4
6-11	6	7,6
não respondeu	1	1,3
Total	80	100
Utilizou apenas força familiar na roça		
sim	43	53,8
não	37	46,3
Total	80	100
Caso contrate, como foi pago		
em espécie	21	26,3
em produtos	1	1,3
troca serviço	18	22,5
Não respondeu	40	50
Total	80	100
Quanto pagou (R\$)		
2	3	3,8
5	2	2,5
6	8	10
7	1	1,3
10	6	7,5
15	2	2,5
60	1	1,3
160	1	1,3
não respondeu	56	70
Total	80	100

Fonte: Dados da pesquisa de campo

Quanto a organização das famílias dentro dos assentamentos, 91,3% das famílias declararam que fazem parte da associação dos produtores; 3,8% de cooperativa; e 3,8% fazem parte de outras associações.

No que se refere a financiamento, do total das famílias entrevistadas, 72,5% não receberam qualquer tipo de financiamento no ano passado. Das famílias que receberam financiamento, apenas 26,2% declararam o valor, sendo que desses, 9% foram de até R\$200,00; 7,7% de R\$200,00 a R\$300,00; e 5% de R\$300,00 a R\$500,00.

Tabela 8: Organização e financiamento

Faz parte de alguma organização	Freq. Absol.	Freq. Rel.%
Cooperativa	3	3,8
Associação de produtores	73	91,3
outras associações	3	3,8
Não respondeu	1	1,3
Total	80	100
Recebeu financiamento no ano passado		
Sim	20	25
Não	58	72,5
Não respondeu	2	2,5
Total	80	100
Caso recebeu, qual o valor do financiamento		
0-200	7	9
200-300	6	7,7
300-500	4	5
Não respondeu	59	73,8
Total	80	100

Fonte: Dados da pesquisa de campo

Área plantada com as diversas culturas

O cultivo do feijão foi realizado por 51 famílias, 74,7% da população pesquisada, em áreas que variam de 0,15 a 4 hectares. Quatro famílias plantaram 0,15 hectare cada uma; 5 famílias plantaram 0,45 hectares; 20 famílias plantaram 1 hectare; 6 famílias plantaram 2 hectares; uma família plantou 4 hectares.

O cultivo da mandioca foi realizado por apenas quatro famílias, sendo que uma família plantou em 0,5 hectare; duas famílias plantaram em um hectare cada uma; e uma família plantou em 2 hectares.

O cultivo de milho foi realizado por 44 famílias em áreas que variam de 0,3 a 3 hectares. Sendo que 11 famílias plantaram em um hectare cada uma; 8 famílias plantaram em 1,5 hectare; 8 famílias em 2 hectares; 2 famílias em 2,5 hectares; e 4 famílias plantaram em 3 hectares.

O cultivo de algodão foi realizado por 16 famílias em áreas que variam de 0,5 a 6 hectares. Duas famílias plantaram em 0,5 hectares; 4 famílias em um hectare; 4 famílias em 2 hectares; uma família em 3 hectares; e uma família em 6 hectares.

O cultivo da mandioca e da macaxeira foi realizado por apenas duas famílias, sendo que uma família plantou em 0,1 hectare e a outra plantou em 0,5 hectare para cada um das culturas.

O cultivo do consórcio milho e feijão foi realizado por 23 famílias em áreas que variam de 0,45 a 3 hectares. Sendo que 2 famílias plantaram em 0,45 hectares; uma famílias plantou em 5 hectares; 9 famílias plantaram em 2 hectares; e duas famílias plantaram em 3 hectares.

Quanto à procedência das sementes de milho, 64 famílias informaram a respeito. Sendo que 19 famílias informaram que compraram as sementes na cidade; 4 famílias compraram na própria comunidade; 15 famílias pegaram emprestadas ou receberam doações; e 26 têm sementes próprias.

Quanto à procedência das sementes de feijão, 70 famílias informaram a respeito. Sendo que 20 famílias informaram que compraram as sementes na cidade; 1 família compraram na própria comunidade; 21 famílias pegaram emprestadas ou receberam doações; e 28 têm sementes próprias.

Em relação ao cultivo de frutas, apenas 11 famílias declararam que cultivam algum tipo. Dessas, 9 famílias cultivam cajueiros e 2 famílias cultivam melancia.

Tabela 9: Características da produção

Área plantada de feijão (ha)	Nº famílias	Freq.Rel.%
0,15-1	39	76,46
1-2	9	17,64
2-4	9	17,64
Total	51	100,00
Área plantada da mandioca (ha)		
0,5	1	25,00
1	2	50,00
2	1	25,00
Total	4	100,00
Área plantada de milho (ha)		
0,3-1	19	43,17
1-2	17	38,63
2-3	8	18,19
Total	44	100,00
Área plantada de algodão (ha)		
0,5-2	12	75
2-3	3	18,75
6	1	6,25
Total	16	100,00
Área plantada de macaxeira (ha)		
0,1	1	50,00
0,5	1	50,00
Total	2	100,00
Área plantada consorcio milho e feijão (ha)		
0,45-1	9	39,14
1-2	10	43,48
2-3	4	17,4
Total	23	100,00

Fonte: Dados da pesquisa de campo

Tabela 10: Característica da produção

Caso plantou, como conseguiu as sementes (milho)	Freq. Absol.	Freq. Rel.%
comprou na cidade	19	29,69
comprou na comunidade	4	6,25
Emprestado ou doado	15	23,44
possui semente própria	26	40,63
Total	64	100

Caso plantou, como conseguiu as sementes (feijão)	Freq. Absol.	Freq. Rel.%
comprou na cidade	20	28,57
comprou na comunidade	1	1,43
emprestado ou doado	21	30
possui semente própria	28	40
Total	70	100

Fonte: Dados da pesquisa de campo

Pelos dados coletados verificou-se que a maioria das famílias tem algum tipo de criação, sendo que 38 famílias (47,5%) utilizam a área de pastagem do assentamento;). A área de pastagem citada é a área coletiva. Algumas famílias têm sua própria área de pastagem; 45 famílias criam bovinos (56,3%); 6 famílias criam suínos (7,5%). A criação de suínos não é comum dentro dos assentamentos visitados, inclusive em alguns deles, como é o caso do Malacacheta, essa prática é proibida devido a sujeira e o mau cheiro; 18 famílias criam burros (22,5%). Esse animal, assim como o Jumento, assumem diversas funções para as famílias. Servem para o transporte de água, alimentos e até das pessoas; 32 das famílias entrevistadas possuem égua ou cavalo (40%). Estes servem de transporte; 25 famílias (31,3%) possuem jumento. Com relação aos caprinos, ovinos e aves, 32,5% têm criação; 40% criam ovinos e 86,3% criam aves. Esta última é uma prática muito comum dentro dos assentamentos, no entanto a maior parte das famílias não comercializam e sim tem para o uso da família.

Com respeito a utilização de adubos químicos, conservação do solo e outras medidas percebe-se ainda uma grande dificuldade e falta de educação por parte dos entrevistados. 91,3% das famílias não utilizaram adubo químico no ano passado, contudo isso aconteceu não por conscientização dos danos destes produtos, mas pela falta de recursos que permitisse a compra. No caso dos remédios e vacinas muitas famílias adquirem de órgãos como a EMETER então 91,3% utilizou esse procedimento. O uso de pesticidas nas plantas ainda é muito comum, 82,5% das famílias entrevistadas admitem terem feito uso. Quanto a conservação do solo a mentalidade de obter um alto lucro a curto prazo, mesmo que isso implique em perdas futuras, ainda prevalece. Todavia percebe-se uma maior sensibilidade das famílias para essa questão, mas é um processo lento. 91,3% não praticam conservação do solo.

Tabela 12: Características da produção agropecuária

Utilizou adubo químico ano passado	Freq. Absol.	Freq. Rel. %
sim	3	3,95
não	73	96,05
Total	76	100,00
Utilizou remédios ou vacinas		
sim	73	96,05
não	3	3,95
Total	76	100,00
Utilizou pesticida nas plantas		
sim	66	95,65
nao	3	4,35
Total	69	100,00
Realiza pratica de conservação do solo		
sim	6	7,59
não	73	92,41
Total	79	100,00

Fonte: Dados da pesquisa de campo

Equipamentos

Das famílias visitadas 32,5% dispõem do trator e cultivador para o plantio e a colheita. Na época de preparar a terra a associação do assentamento aluga um trator para os trabalhadores . ninguém possui trator individualmente. Somente o assentamento do Caldeirão possui seu próprio trator, o que facilita muito a vida dos assentados em termos financeiros 2,5% usa somente arado;11,3% somente cultivador;10% trator,cultivador e plantadeira(matraca);15% utiliza somente a enxada e por fim 6,3% faz uso do trator, arado e cultivador.

Tabela 13: Equipamentos

Tipos de equipamentos	Freq. Absol.	Freq. Rel. %
Trator	12	15
Arado		2,5
Cultivador	9	11,3
trator e cultivador	26	32,5
trator,cultivador e plantadeira(matraca)	8	10
Enxada	12	15
trator.arado e cultivador	5	6,3
não respondeu	6	7,6
Total	80	100

Fonte: Dados da pesquisa de campo

Produção das famílias no ano de 2001

No que diz respeito ao que foi produzido em 2001, os dados mostram que 78,75 % das famílias produziram feijão, sendo que 18,75% colheram entre 5-60 Kg; 27, 5% colheram entre 60-180Kg ; 13,75 entre 180-320Kg.

O milho foi produzido por 70% dos entrevistados dos quais 13, 5% produziram entre 120-360Kg; 13,75% entre 50-120Kg e 11,25% entre 1200-3000Kg.

Quanto a produção de galinhas 58,75% das famílias produziram galinhas no ano passado. 20% destas desenvolveram a atividade de criação de galinhas; 36, 25% dos entrevistados possuíam gado e somente 7, 5% das famílias praticavam a atividade da pesca.

Quantidade consumida pelas famílias

Apenas 10% das famílias consumiram gado criado. O consumo da carne bovina não é significativo entre as famílias, já que para estas é mais lucrativo a venda deste. O pescado foi consumido por 6, 25% das famílias. O consumo de porco se deu em 3,75% das famílias. Já as galinhas foram bem consumidas no ano citado, 47, 5% das famílias consumiram, 25% tiveram entre 2-10 galinhas; 15% entre 10-30; 5% entre 30-50 galinhas.

O consumo de milho foi bem elevado pelo numero de animais a serem alimentados. De 67% das famílias que consumiram esse produto, 21, 25% consumiram entre 100-300Kg; 15% consumiram entre 300-600 e 10% consumiram entre 600-3000Kg.

O feijão foi consumido por 77,5% das famílias. Onde 36,25% consumiram entre 100-300Kg; 26,25% consumiram entre 5-100Kg e 8, 75% consumiram entre 300-600Kg.

Tabela14: Produção das famílias no ano 2001 em kg

Quantidade produzida de feijão	n° famílias	Freq. Rel. %
5-60	15	23,81
60-180	22	34,92
180-320	11	17,46
320-480	6	9,52
480-800	6	9,52
800-1440	3	4,76
Total	63	100,00
Quantidade produzida de milho		
5-50	6	10,71
50-120	11	19,64
120-360	11	19,64
360-500	8	14,29
500-1200	8	14,29
1200-3000	9	16,07
3000-6600	3	5,36
Total	56	100,00
Quantidade produzida de galinhas		
1-10	14	29,79
10-20	11	23,40
20-40	16	34,04
40-70	3	6,38
100	3	6,38
Total	47	100,00
Quantidade produzida de gado		
1-5	15	51,72
6-10	10	34,48
11-18	4	13,79
Total	29	100,00
Quantidade produzida de pescado		
10	1	16,67
50	1	16,67
100	2	33,33
200	2	33,33
Total	6	100,00

Fonte: Dados da pesquisa de campo

Tabela 15: Quantidade consumida pelas famílias no ano 2001 em Kg

Consumo de gado pelas famílias	n° famílias	Freq. Rel. %
1	4	50,00
2	1	12,50
7	1	12,50
8	1	12,50
15	1	12,50
Total	8	100,00
Consumo de pescado pelas famílias		
10	2	40,00
50	1	20,00
100	2	40,00
Total	5	100,00
Consumo de porco pelas famílias		
3	1	33,33
9	1	33,33
20	1	33,33
Total	3	100,00
Consumo de galinha pelas famílias		
2-10	20	52,63
10-30	12	31,58
30-50	4	10,53
50-250	2	5,26
Total	38	100,00
Consumo de milho pelas famílias		
3-30	7	12,96
30-100	6	11,11
100-300	17	31,48
300-600	12	22,22
600-3000	8	14,81
3000-6000	4	7,41
Total	54	100,00
Consumo de feijão pelas famílias		
5-100	21	33,87
100-300	29	46,77
300-600	7	11,29
600-1080	5	8,06
Total	62	100,00

Fonte: Dados da pesquisa de campo

Renda Monetária e Fontes de Renda das Famílias

Os padrões de renda familiar no meio rural se encontram ainda muito defasados. Nos assentamentos visitados verificou-se que do total das famílias entrevistadas, 20% têm uma renda monetária entre 50 e 70 reais por mês; 32,5% das famílias têm renda entre 180 e 200 reais; 3,75% das famílias têm renda entre 230 e 260 reais; 8,75% das famílias têm renda entre 350 e 400 reais por mês.

Com relação a principal fonte de renda das famílias, 55% declararam que é a agricultura sua principal fonte de renda; 2,5% têm como principal fonte de renda o trabalho assalariado na agricultura; 1,25% o trabalho assalariado na construção civil; 15% das famílias têm outro tipo de trabalho assalariado; 17,5% têm a aposentadoria como principal fonte de renda; e 8,75% a pensão. Das famílias que recebem pensão ou aposentadoria, 11,5% declararam que recebem 180 reais por mês; e 5% recebem 360 reais por mês.

A maioria da renda monetária das famílias através da agropecuária provém das culturas do arroz, feijão, milho, castanha, algodão e das criações de galinha e peixes.

No ano passado apenas 2 famílias obtiveram renda através da venda do arroz, sendo que uma família teve renda de 60 reais e outra 150 reais. Cinco famílias obtiveram renda com a venda do feijão que variaram de 80 a 150 reais no ano. Dezenove famílias obtiveram renda com a venda do milho que variaram de 20 a 480 reais; cinco famílias obtiveram renda que variaram de 9 a 400 reais com a venda de pescado; nove famílias tiveram renda com a venda de ovos com renda entre 5 e 100 reais; dezesseis famílias tiveram renda com a venda do algodão com uma variação de 15 a 1800 reais; e dez famílias obtiveram renda com a venda de castanha que variaram de 50 a 500 reais.

Tabela 16: Renda monetária e fonte de renda das famílias

Renda total mensal entre nada e 180 reais	n° famílias	Freq. Rel.%	Freq. Acum.%
Entre 50 e 70 reais	16	20	20
Entre 100 e 130 reais	16	20	40
Entre 130 e 150 reais	5	6,25	46,25
Entre 180 e 200 reais	26	32,5	78,75
entre 200 e 230 reais	1	1,25	80
entre 230 e 260 reais	3	3,75	83,75
entre 280 e 300 reais	1	1,25	85
entre 300 e 350 reais	1	1,25	86,25
entre 350 e 400 reais	7	8,75	95
não respondeu	4	5	100
Total	80	100	

Principal fonte de renda monetaria			
Agricultura	44	55	
trabalho como assalariado na agricultura	2	2,5	
trabalho como assalariado na construção civil	1	1,25	
outro tipo de trabalho assalariado	12	15	
Aposentadoria	14	17,5	
Pensão	7	8,75	
Total	80	100	

Quanto recebe a famílias de aposentadoria ou pensão (R\$)			
177	1	6,67	
180	9	60,00	
277	1	6,67	
360	4	26,67	
Total	15	100,00	

Fonte: Dados da pesquisa de campo

Tabela 15: Renda monetária no ano passado
(R\$)

	Freq. Absol.	Freq. Rel. %
Venda de arroz		
60	1	50,00
150	1	50,00
Total	2	100,00
Venda de feijão		
80	1	20,00
100	1	20,00
120	2	40,00
150	1	20,00
Total	5	100,00
Venda milho		
20-40	5	26,32
40-80	4	21,05
80-130	3	15,79
160-200	5	26,32
420	1	5,26
480	1	5,26
Total	19	100,00
Venda de pescado		
9	1	20,00
60	1	20,00
80	1	20,00
250	1	20,00
400	1	20,00
Total	5	100,00
Venda de ovos		
5	1	11,11
10	1	11,11
20	2	22,22
30	3	33,33
50	1	11,11
100	1	11,11
Total	9	100,00
Venda de algodão		
15-85	3	18,75
170-195	6	37,50
397-550	4	25,00
700	1	6,25
900	1	6,25
1800	1	6,25
Total	16	100,00
Venda de castanha		
50-70	4	40,00
100-250	4	40,00
400	1	10,00
500	1	10,00
Total	10	100,00

Fonte: Dados da pesquisa de campo

Com relação aos problemas que atrapalham a produção 74% das famílias apontaram como principal problema a falta de água; 7% o excesso da água; 67% a falta de crédito; 54% apontaram a falta de assistência técnica; 12% o baixo preço dos produtos; 22% a dificuldade de venda; 10% apontaram as pragas.

Tabela 16: Problemas com a produção

	Freq. Absol.	Freq. Rel.%
Falta de água		
sim	74	92,5
não	6	7,5
Total	80	100
Excesso d'agua		
sim	7	8,8
não	73	91,3
Total	80	100
Falta de crédito		
sim	67	83,8
não	13	16,3
Total	80	100
Falta de assistência técnica		
sim	54	67,5
não	26	32,5
Total	80	100
Não tem estrada p/ escoar a pção		
sim	1	1,3
não	79	1,3
Total	80	100
Preço baixo p/ produtos		
sim	12	15
não	68	85
Total	80	100
Dificuldade p/ vender o produto		
sim	22	27,5
não	57	71,3
Total	80	100
Falta apetrechos p/ pesca		
sim	2	2,5
não	78	97,5
Total	80	100
Pragas		
sim	10	12,5
não	70	87,5
Total	80	100

Fonte: Dados da pesquisa de campo

Com relação às decisões tomadas dentro dos assentamentos, 97,5% das famílias declararam que tomam as decisões em assembléias; 75% das famílias participam mensalmente das assembléias e 25% participam semanalmente. As assembléias são convocadas pela direção do sindicato ou associação (72,5%) ou por qualquer assentado (27,5%).

Tabela 17: Organização

Como são tomadas as decisões nos assentamentos	Absol.	Freq. . Rel. %	Freq
Individualmente	1		1,3
em assembléias	78		97,5
outras formas	1		1,3
Total	80		100
Regularidade da assembléia			
Semanalmente	20		25
Mensalmente	60		75
Total	80		100
Convocação da assembléia			
pela direção do sindicato ou associação	58		72,5
qualquer assentado	22		27,5
Total	80		100

Fonte: Dados da pesquisa de campo

Tipos de lazer das famílias

Quanto aos tipos de lazer das famílias, os mais citados foram conversar com amigos, tomar cerveja, jogar futebol e outros jogos. Sendo que 50% das famílias entrevistadas declararam que seu maior lazer é conversar com os amigos; 11,25% disseram que é jogar futebol e conversar com os amigos; 7,5% disseram que é tomar cerveja e conversar com os amigos.

Tabela??: Tipos de lazer das famílias

Tipo de lazer	n° famílias	Freq. Rel.%
jogar futebol	2	2,5
conversar c/amigos	40	50
tomar cerveja ou outras bebidas no fim de semana	2	2,5
ir a igreja	1	1,25
não tem lazer	1	1,25
jogar futebol e conversar c/ amigos	9	11,25
jogar futebol, baralho, conversar c/amigos	3	3,75
Tv	6	7,5
jogar futebol, conversar c/amigos	1	1,25
futebol, tomar cerveja	1	1,25
tomar cerveja, conversar c/amigos	6	7,5
conversar c/amigos, ir a igreja	1	1,25
jogar futebol, baralho, domino, conversar c/amigos	1	1,25
jogar futebol, baralho, conversar c/amigos, tomar cerveja	3	3,75
não respondeu	3	3,75
Total	80	100

Fonte: Dados da pesquisa de campo

CONCLUSÃO

Existe a possibilidade de desenvolvimento impulsionado pela reestruturação do setor agrário, via reforma agrária permitindo que se crie um sistema social que garanta a trabalho estável com remuneração digna e educação para todos.

O Brasil está classificado pela ONU como um país com padrão intermediário de renda. Esta classificação esconde no entanto a contradição existente entre uma pequena parcela da população que possui uma renda semelhante aos países industrializados e a maioria da população que vivem em condições miseráveis. No campo essa diferença é acentuada. De um lado o grande proprietário que possui grandes parcelas territoriais que lhe dar também poder político na região e de outro os pequenos produtores vivendo em condições miseráveis que mendigam um pedaço de terra para plantar.

A dificuldade que se tem para realização desta reforma agrária está na não disposição dos grande proprietários de se desfazer de parte de suas terra. Mesmo assim os movimentos dos trabalhadores rurais tem se fortalecido no sentido de poder lutar melhor e de forma mais organizada não só por um pedaço de terra para plantar, mas também de uma mudança na lógica de mercado. Essa luta tem sido intensa e marcada por várias vitórias e tem permitido um avanço.

Para o desenvolvimento da comunidade é necessário desenvolver as potencialidades. Para isso o grupo ESQUEL avalia a necessidade de técnicos para ajudar a comunidade em que está trabalhando a planificar em grupo e individualmente a forma de identificar a satisfação e a solução dos problemas mais sérios da comunidade, assim como planejar a melhor utilização dos recursos disponíveis ampliando-os com a ajuda governamental e privada de fora da comunidade.

O que se percebeu no decorrer desse trabalho foi que apesar de algumas falhas, as famílias dos assentamentos visitados tiveram uma elevação considerável no seus padrões sócio-econômico e político.

As famílias organizadas em associações e sindicatos possuem um poder de pressionar o poder político local em benefício da comunidade.

BIBLIOGRAFIA

- Alves, Aécio(coordenador).Relatório de Pesquisa **Significado e Tendências da Economia Solidária no Brasil**.Fortaleza, 2000.
- ALLEN, Tim;THOMAS, Allan. **Poverty and development in 1990s**.United Kingdom.Copyright, 1992
- Associação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de autogestão e Participação Acionária – ANTEAG. <http://www.anteag.org.br>. Acesso em 15/12/01.
- CAVALCANTI, Clóvis(organizador).**Meio ambiente, Desenvolvimento Sustentável e políticas Públicas**. Cortez editora. Recife:Fundação Joaquim Nabuco, 1997
- GHIMIRE, Krishna. **Land Reform&Peasant Livelihoods.The social Dynamics of Rural Poverty and Agrarian Reform in Developing communities**.1ªed, ITDG, 2001
- GUILLERM, Alain ; BOURDET, Yvon. **Autogestão: Uma Reforma Radical**. Rio de Janeiro:Editores Zahar, 1976.
- INSTITUTO Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA. **Proposta para Elaboração do Primeiro Plano Nacional de Reforma da Nova República 1º PNRA**. Brasília, 1985.
- JORDAN, F. La Economía Campesina, San Jose, crisis, Reactivacion y Desarrollo. Costa Rica.IICA. 1989
- LEMOS,J. J.S;FRAZÃO, J. M.F; BRANDÃO, R.J.B.;ARAUJO, M.E. **Diagnóstico para a implantação de programas de desenvolvimento sustentável em áreas de pobreza absoluta no estado do Maranhão: O caso do município de São Domingos**.São Luís, 1997
- LEMOS, J. J. S. **Mapa da pobreza no Brasil:uma contribuição para construir uma pauta de agenda de desenvolvimento sustentável para o país**. Fortaleza, 1999.



LIMA, Suzi Cléa Braga de. **Reforma Agrária e o Desenvolvimento Sustentável no Ceará: A Construção de um Plano de Desenvolvimento Local. O Caso do Assentamento Galante.** Fortaleza. Universidade Federal do Ceará. 1993(dissertação de mestrado)

MENDES, Marina Ceccato. http://educar.sc.usp.br/biologia/textos/un_a_txt2.html

PAULA, Luiz Antônio Maciel de. **Reforma Agrária como uma Estratégia de Desenvolvimento.** Fortaleza-Ce: 1991(Dissertação de Mestrado).

PRADO JÚNIOR, Caio. **A Questão Agrária no Brasil.** 1º ed. São Paulo: Brasiliense, 1979.

ROMEIRO, Ademar;GUANZIROLI, Carlos; LEITE, Sérgio. **Reforma Agrária.** 2ª ed. Rio de Janeiro-RJ:1994.

SOUZA, Nali de Jesus de. **Desenvolvimento Econômico.** 3ºed. São Paulo: Ed. Atlas, 1997.

PRADO JÚNIOR, Caio. **A Questão Agrária no Brasil.** 1º ed. São Paulo: Brasiliense, 1979.

SOUZA, Mário Rogério Araújo. **Programa de Reforma Agrária no Maranhão: Olho D'Água dos Grilos – Um Estudo de Caso.** Fortaleza Universidade Federal do Ceará.1993(dissertação de mestrado).

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ

QUESTIONÁRIO PARA O TRABALHO DE CAMPO DA MONOGRAFIA “ REFORMA AGRÁRIA COMO ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO”

Selma Maria Peixoto Alcântara (Pesquisador)

código

Entrevistador (E):

Data da Entrevista: ____ / ____ /2001.

Início da Entrevista _____ Horas

Término da Entrevista _____ Horas

X001 - Questionário Número: _____

As informações contidas neste questionário são confidenciais e serão analisadas conjuntamente e para fins unicamente científicos. Em nenhuma hipótese qualquer pessoa que não esteja vinculado à pesquisa terá acesso às informações dos questionários. Além disso os dados só serão utilizados para os objetivos da pesquisa, não sendo permitida a sua utilização para outra qualquer finalidade.

PARTE 1: IDENTIFICAÇÃO DO ENTREVISTADO

Nome completo do Entrevistado: _____

Endereço completo: _____

X002 – Comunidade: _____

X002.1 - A família recebe alguma assistência do INCRA ou outra entidade?

1 - SIM 2 - NÃO

Faça um círculo em torno do número correspondente ao item quando for o caso.

X003 - Idade do Entrevistado: _____ anos

X004 - Procedência (de onde veio) : 0 - Nativo do município

1 - De outra cidade do Pará

2 - De outro estado

3 - Nativo da comunidade

X005 - Posição do entrevistado na família:

1- () pai 2 - () Mãe 3 - () Filho 4- () Outro

PARTE 2: CARACTERÍSTICAS DO DOMICÍLIO

X006 - Área do Terreno da casa _____ m²

X007 - Área coberta da casa _____ m²

X008 - Número de cômodos da casa _____

X009 - Onde se localiza a privada da casa?

1 - Dentro de casa

2 - Fora de casa

3 - A casa NÃO tem privada

X010 - Qual o destino das fezes?

1 - Esgoto público

2 - Córrego de água

3 - Fossa séptica

4 - Vala coberta ou sentina

5 - Vala descoberta

6 - Mato

7 - Vala coberta ou sentina com pedra

X011 - Tipo de construção da casa:

1- Toda de alvenaria

2 - Parcialmente de alvenaria

3- Toda de Taipa

4 - Parcialmente de Taipa

5 - Toda de Madeira

6 - Parcialmente de Madeira

7 - Toda de Palha

8 - Parcialmente de palha

9 - Outro tipo de construção: Especificar _____

X012 - De onde vem a água que a família usa?

1 – Sistema de água da comunidade

2 - Igarapé

3 - Poço comunitário

4 - Poço particular

5 - Cacimba

6 - Rio

7 - Outra fonte: Explicar _____

X013 - Qual a despesa mensal com a compra de água R\$ _____/mês

X014 - Que tratamento faz da água que é bebida em casa

1 - Filtra

2 - Ferve

3 - Filtra e ferve

4 - Côa

5 - Coloca cloro na água

6 - NÃO trata a água que a família

consome

7 - Outros: Explicar _____

X015 - Tem energia elétrica em casa?

1 - SIM

2 - NÃO

X016 - Qual a despesa mensal com luz elétrica R\$ _____ por mês

X017 - Qual o destino do lixo da família?

1 - Coletado sistematicamente pela Prefeitura

2 - Queimado

3 - Enterrado

4 - Jogado em terreno

baldio

5 - Jogado em qualquer lugar

6 - Outro destino para o lixo

da família: _____

X018 - Quais dos seguintes bens de consumo a família possui?

01 - Rádio _____

02 - Televisor _____

03 - Videocassete _____

04 - Equipamento de Som _____

05 - Geladeira _____

06 - Fogão a gás _____

07 - Liquidificador _____

08 - Bicicleta _____

09 - Motocicleta _____

10 - Automóvel _____

11 - Carro de boi _____

12 - Outros _____

bens. Especificar _____

13 - Não possui qualquer dos bens acima

PARTE 3: TAMANHO E NÍVEL DE ESCOLARIDADE DA FAMÍLIA

X019 - Quantos filhos teve a família (morando ou não em casa)? _____

X020 - Instrução do Chefe ou do Pai da família

0 - Analfabeto

1 - Menos de um ano de escola

2 - Primeiro grau incompleto

3 - Primeiro grau completo

4 - Segundo grau incompleto

5 - Segundo grau completo

X021 - Instrução da Esposa ou da Mãe da família

0 - Analfabeta

1 - Menos de um ano de escola

2 - Primeiro grau incompleto

3 - Primeiro grau completo

4 - Segundo grau incompleto

5 - Segundo grau completo

X022 - Instrução de um adulto (maior de 15 anos) do sexo masculino que não o pai:

0 - Analfabeto

1 - Menos de um ano de escola

2 - Primeiro grau incompleto

3 - Primeiro grau completo

4 - Segundo grau incompleto

5 - Segundo grau completo

X023 - Instrução de outro adulto (maior de 15 anos) do sexo masculino que não o pai:

0 - Analfabeto

1 - Menos de um ano de escola

2 - Primeiro grau incompleto

3 - Primeiro grau completo

4 - Segundo grau incompleto

5 - Segundo grau completo

X024 - Instrução de um adulto (maior de 15 anos) do sexo feminino que não a mãe

0 - Analfabeta

1 - Menos de um ano de escola

2 - Primeiro grau incompleto

3 - Primeiro grau completo

4 - Segundo grau incompleto

5 - Segundo grau completo

X025 - Instrução de um outro adulto (maior de 15 anos) do sexo feminino que não a mãe

0 - Analfabeta

1 - Menos de um ano de escola

2 - Primeiro grau incompleto

3 - Primeiro grau completo

4 - Segundo grau incompleto

5 - Segundo grau completo

X026 - Todas as crianças e jovens em idade escolar (de 7 a 14 anos) estão na escola?

1 - SIM

2 - NÃO

X027 - Se a resposta for NÃO, quantos estão fora da escola? _____

PARTE 4: CARACTERÍSTICAS DA PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA DA FAMÍLIA

X028 - Residência da família:

1 - Na própria roça 2 - Em casa na comunidade 3 - Na área urbana da cidade

X029 - Qual o tamanho total do seu lote (propriedade - inclusive áreas com pastagens, florestas, em descanso etc.)? _____ tarefas/ hectares/ linhas(marcar a opção da unidade de área).

X030 - Quanto tempo a família planta na mesma área de roça? _____ anos

X031 - Só utiliza a força familiar na roça?

1 - SIM 2 - NÃO

X032 - Caso contrate, quanto a família pagou para os trabalhadores contratados no ano passado (1998)?

1 - R\$ _____ 2 - Em produtos 3 - Troca Serviço

(mutirão/puxirum)

X033 - Faz parte de alguma destas Associações:

1 - Cooperativa 2 - Associação de Produtores 3 - Sindicato
4 - Não faz parte de Associação 4 - Outra: Explicar qual

X034 - Recebeu financiamento de crédito rural no ano passado (1998)?

1 - SIM 2 - NÃO

X035 - Se a resposta for SIM, qual foi o valor total do financiamento R\$ _____

X036 - Quais as áreas plantadas este ano com os seguintes produtos:

X036.1 - Arroz _____ tarefas

X036.2 - Feijão _____ tarefas

X036.3 - Mandioca _____ tarefas

X036.4 - Milho _____ tarefas

X036.5 - Consórcio milho e feijão _____ tarefas

X036.6 - Outro consorcio _____ tarefas. Explicar a

composição do

consórcio: _____

X036.7 - Outras lavouras _____ tarefas. Especificar as lavouras e as respectivas áreas: X036.8 _____ tarefas, X099.9 _____ tarefas,
X036.10 _____ tarefas, X099.11 _____ tarefas

X037.1- Se plantou arroz, como conseguiu as sementes?

1- Comprou na cidade 2 - Comprou na comunidade

3- Emprestado ou doado 4 - Possui semente própria

X037.2 - Se plantou milho, como conseguiu as sementes?

1- Comprou na cidade 2 - Comprou na comunidade

3- Emprestado ou doado 4 - Possui semente própria

X037.3 - Se plantou feijão, como conseguiu as sementes?

1- Comprou na cidade 2 - Comprou na comunidade

3- Emprestado ou doado 4 - Possui semente própria

X037.4 - Se plantou mandioca como conseguiu a maniva?

1- Comprou na cidade 2 - Comprou na comunidade

3- Emprestado ou doado 4 - Possui semente própria

X038 - Se não plantou algum destes produtos, qual a razão?

1 - Não conseguiu semente/maniva 2 - Falta de orientação técnica

3 - Outros. Explicar: _____

X039 - Qual a área com pastagens _____ tarefas
X040 - Número de bovinos _____
X041 - Número de caprinos _____
X042 - Número de ovinos (carneiros) _____
X043 - Número de suínos (porcos) _____
X044 - Número de aves (galinhas, patos etc) _____
X045 - Número dos outros animais _____ Especificar por animais
_____, _____, _____,

X046 - Utilizou adubo químico ou corretivo de solo no ano passado? 1 - SIM 2 - NÃO

X047 - Se a resposta for SIM qual foi a quantidade total usada? _____ Kg

X048 - Utilizou algum tipo de pesticida no ano passado?

1 - SIM 2 - NÃO

X049 - Qual dos órgãos públicos abaixo lhe prestou alguma assistência o ano passado?

1 - EMATER 2 - SUCAM (FNS)
3 - SAGRI 4 - Outro: Especificar _____

X050 - Realiza alguma Prática de conservação do solo?

1 - SIM 2 - NÃO

X051 - Possui algum dos equipamentos mecânicos abaixo discriminados?

1 - Trator 2 - Arado
3 - Grade 4 - Colheitadeira
5 - Motoserra 6 - Outro:

Especificar _____

X051.1 - A família possui casa de farinha?

1 - SIM 2 - NÃO

X052 - Quanto ganhou o ano passado com a venda de arroz R\$ _____

X053 - Quanto ganhou o ano passado com a venda de feijão R\$ _____

X054 - Quanto ganhou o ano passado com a venda de milho

R\$ _____

X055 - Quanto ganhou o ano passado com a venda de mandioca R\$ _____

X056 - Quanto ganhou o ano passado com a venda de leite R\$ _____

X057 - Quanto ganhou o ano passado com a venda de bovinos

R\$ _____

X058 - Quanto ganhou o ano passado com a venda de caprinos R\$ _____

X059 - Quanto ganhou o ano passado com a venda de ovinos R\$ _____

X060 - Quanto ganhou o ano passado com a venda de aves R\$ _____

X061 - Quanto ganhou o ano passado com a venda de ovos

R\$ _____

X062 - Quanto ganhou o ano passado com a venda de porcos R\$ _____

X063 - Quanto ganhou o ano passado com a venda de pescado R\$ _____

X064 - Quanto a família recebe de Aposentadoria ou pensão R\$/mês _____

X065 - Outros tipos de rendas: Explicar as fontes e os montantes em R\$.

X065.1 - R\$ _____,

X135.2- R\$ _____

X066 – Qual a renda total **MENSAL DA FAMÍLIA?** (soma da renda de todos da família)

- 0 – A família **NÃO** tem qualquer renda monetária mensal
1 – Renda familiar de até R\$20,00 por mês
2 – de R\$20,00 a R\$30,00 por mês 3 –entre R\$30,00 e R\$50,00 por mês
4 – entre R\$50,00 e R\$70,00 por mês 5 –entre R\$70,00 e R\$100,00 por mês
6 – entre R\$100,00 e R\$130,00 por mês 7 –de exatamente R\$130,00 por mês
8 – entre R\$130,00 e R\$150,00 por mês 9 – entre R\$150,00 e R\$180,00 por mês
10 – entre R\$180,00 e R\$200,00 por mês 11 –entre R\$200,00 e R\$230,00 por mês
12 – entre R\$230,00 e R\$260,00 por mês 13 – entre R\$260,00 e R\$280,00 por mês
14 –entre R\$280,00 e R\$300,00 por mês 15 –entre R\$300,00 e R\$350,00 por mês
16 –entre R\$350,00 e R\$400,00 por mês 17 – entre R\$400,00 e R\$450,00 por mês
18 – entre R\$450,00 e R\$500,00 por mês 19 –entre R\$500,00 e R\$550,00 por mês
20 – entre R\$550,00 e R\$600,00 por mês 21 – entre R\$600,00 e R\$700,00 por mês
22 – entre R\$700,00 e R\$800,00 por mês 23 – entre R\$800,00 e R\$900,00 por mês
24 - entre R\$900,00 e R\$1000,00 por mês
25 - entre R\$1000,00 e R\$ 1200,00 por mês
26 – entre R\$1200,00 e R\$1500,00 por mês
27 – Renda familiar acima de R\$1500,00 /mês
(Valor da renda familiar neste caso R\$ _____)

X067 – Qual a principal fonte de renda monetária da família

- 1 – Agricultura
2 – Trabalho como assalariado na agricultura
3 – Trabalho como assalariado na construção civil (pedreiro, auxiliar de pedreiro etc)
4 – Outro tipo de trabalho assalariado
5 – Costureira
6 – Aposentadoria
7 – Pensão
8 – Pesca
9- Artesanato
10 – A família **NÃO** tem qualquer fonte de renda

X068 - Quanto em Quilogramas ou sacas (especificar o peso da saca) foram produzidos dos seguintes produtos no ano passado?

X068.1 - arroz _____ Kg/ano

X068.2 - feijão _____ Kg/ano

X068.3 - mandioca _____ Kg/ano

- X068.4 - milho _____ Kg/ano
- X068.5 - galinha _____ Kg/ano ou cabeças
- X068.6 - porco _____ Kg/ano ou cabeças
- X068.7 - gado _____ Kg/ano ou cabeças
- X068.8 - pescado _____ Kg/ano

X069 - Quanto em Quilogramas ou sacas (especificar o peso da saca) dos seguintes produtos foi consumido pela família no ano passado ou no mês passado?

- X069.1 - arroz _____ Kg/ano ou por mês
- X069.2 - feijão _____ Kg/ano ou por mês
- X069.3 - mandioca _____ Kg/ano ou por mês
- X069.4 - milho _____ Kg/ano ou por mês
- X069.5 - galinha _____ Kg/ano ou por mês ou cabeças
- X069.6 - porco _____ Kg/ano ou por mês ou cabeças
- X069.7 - gado _____ Kg/ano ou por mês ou cabeças
- X069.8 - caça _____ Kg/ano ou por mês ou animais
- X069.9 - pescado _____ Kg/ano ou por mês

X070 - Que problemas o(a) Senhor(a) identifica como importantes e que atrapalham a produção?

- | | | | |
|-----|---|---------|-----|
| NÃO | X070.1 - A área de que dispõe é muito pequena | 1 - SIM | 2 - |
| NÃO | X070.2 - Falta de água | 1 - SIM | 2 - |
| NÃO | X070.3 - Excesso de água | 1 - SIM | 2 - |
| NÃO | X070.4 - Falta de crédito | 1 - SIM | 2 - |
| NÃO | X070.5 - Falta de assistência técnica | 1 - SIM | 2 - |
| NÃO | X070.6 - Não tem estrada para escoar a produção | 1 - SIM | 2 - |
| NÃO | X070.7 - Preço baixo para os produtos | 1 - SIM | 2 - |
| NÃO | X070.8 - Dificuldades para vender os produtos | 1 - SIM | 2 - |
| NÃO | X070.9 - Falta apetrechos para pesca | 1 - SIM | 2 - |
| | X070.10 - Outros problemas: Especificar _____ | | |

X071 - No seu ponto de vista, está havendo devastação da floresta neste município?

- 1 - SIM
- 2 - NÃO

X072 - Quais são os tipos de lazer da família?

- 1 - Jogar futebol
- 2 - Jogar Baralho com os amigos
- 3 - Jogar dominó com os amigos
- 4 - Bater papo com os amigos
- 5 - Tomar uma cerveja (ou outra bebida alcóolica) nos fins de semana
- 6 - Ir a igreja
- 7 - Outro tipo de lazer: Especificar

8 - A família não tem lazer

PARTE 5 – RELAÇÃO ENTRE OS ASSENTADOS, MELHORIAS ALCANÇADAS E PERSPECTIVAS DE DESENVOLVIMENTO

X073 - Como são tomadas as decisões dentro do assentamento

1 – Individualmente 2 – Em assembléia 3 – Outras formas

X073.1 - Em caso de assembléia com que regularidade?

1 – Semanalmente 2 – mensalmente 3 – Quando a comunidade sente a necessidade de convocá-la 4 - Outros

X073.2 – A assembléia e convocada:

1 – Pela diretoria da cooperativa ou sindicato(caso exista) 2 – Qualquer assentado pode convocá-la via entidades representativas 3 – outros _____

X074 comparando a situação de hoje ao início do assentamento, mudanças que ocorreram:

- 1- () as condições de moradia melhoraram(material de construção, água, luz, infraestrutura sanitária)
- 2- () as famílias passaram a dispor de transporte de uso coletivo para se deslocar à sede do município
- 3- as famílias dispõem de um posto de saúde mais próximo para atender os assentados
- 4- a mortalidade infantil diminuiu
- 5- Aumentou a expectativa de vida
- 6- Houve aumento da escolarização
- 7- As atividades culturais se expandiram(realização de festas, pintura, esportes, etc)
- 8- Maior organização dentro do assentamento no sentido de pressionar as autoridades para melhorias da comunidade
- 9- () o nível de consciencia política e sindical está mais elevado
- 10- () cresceu a consciência política quanto a necessidade da luta pela reforma agrária no Brasil para atender os interesses da maioria da população
- 11- () outras melhorias _____

X075 – Perspectivas de desenvolvimento: o que fazer?

- 1 – () aumentar a área utilizada nas atividades produtivas(agricultura/pecuária)
- 2 – () diversificar a produção
- 3 – () comercializar os produtos diretamente ao consumidor ou com a fábrica/usina
- 4 – () comprar insumos e matérias-primas de empreendimentos econômicos solidários
- 5 – () vender produtos diretamente ao consumidor e para Empreendimentos Econômicos Solidários
- 6 – () obter crédito barato para custeio, infraestrutura e aquisição de máquinas/equipamentos
- 7 – () investir em capacitação voltadas para tecnologias agroecológicas
- 8 – () receber assistência técnica
- 9 – () outra alternativas _____

Horas do Término da Entrevista: _____